



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CECILIA COELHO NERES

**VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO:
DEBATE PARA CONSTRUÇÃO DE DEMOCRACIAS PARITÁRIAS**

Porto Nacional/TO
2022

MARIA CECILIA COELHO NERES

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO
DEBATE PARA A CONSTRUÇÃO DE DEMOCRACIAS PARITÁRIAS

Monografia avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador(a): Dra. Gleys lally Ramos dos Santos

Porto Nacional/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N444v Neres, Maria Cecília Coelho.
Violência Política de Gênero:: Debate para construção de democracias paritárias . / Maria Cecília Coelho Neres. – Porto Nacional, TO, 2022.
58 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações
Internacionais, 2022.

Orientador: Gleys lally Ramos dos Santos

1. Violência política de gênero. 2. Democracias paritárias. 3.
Mulher. 4. Política. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA CECILIA COELHO NERES

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO DEBATE PARA A CONSTRUÇÃO DE DEMOCRACIAS PARITÁRIAS

Monografia avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 15 / 06/ 2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Gleys lally Ramos – UFT/RI

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda – UFT/Jornalismo

Profa. Ma. Nayara Gallieta Borges – UFT/RI

Porto Nacional –
TO Junho/2022

“Se uma mulher tem poder, porque é que é preciso disfarçar que tem poder? Mas a triste verdade é que o nosso mundo está cheio de homens e de mulheres que não gostam de mulheres poderosas” (Chimamanda Adichie)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus avós, Raimundo e Cecy, pela persistência em garantir meu caminho acadêmico até aqui, além de terem sido base para os valores que carrego comigo. Agradeço a eles por terem quebrado a barreira do conservadorismo, e terem sido abertos o suficiente ao criar uma menina, aos 50 anos, em uma nova era, com novos entendimentos de como funciona a sociedade.

Agradeço, meus pais por terem me dado a vida, minha tia, Silvia Neres, por ser pilar do entendimento do feminismo, e pela curiosidade do que é ser mulher na política. Aos meus queridos irmãos, Maria Eduarda e Antônio, que me viram ausente e distante, uma vez que estive envolvida na realização dos meus avanços acadêmicos e do meu amadurecimento como pessoa.

Este trabalho não estaria sendo realizado sem o apoio dos meus companheiros, dádivas concedidas pela Universidade Federal do Tocantins. Nicole Mariah, Matheus Matos, Mikaela Lôbo, Isabella Verissimo e Bryann Borges, que foram a alegria nos tempos de incerteza e tristeza, e serem o conforto de casa, longe de casa. Aos meus colegas que ficaram pelo caminho, ou seguiram algum diferente, que estes persistam, não desistam e que logrem futuramente, mas principalmente que não se esqueçam que sucesso tem perspectivas diferentes. Seja qual for seu desejo e sonho, que eles se cumpram e que vocês alcancem a tranquilidade de viver sempre com a consciência de que deram o seu melhor. Agradeço a querida professora e orientadora Dra. Gleys lally, sem ela, não estaria concluindo esta etapa. Obrigada por carregar comigo, nos tempos mais difíceis, o sacrifício de persistir até a última página deste trabalho, além de ter sido influência do envolvimento no movimento feminista.

Ainda que pareça egoísta e narcisista para alguns, não posso deixar de agradecer a minha pessoa, que em batalha com a própria saúde mental e física, fui capaz de resistir até aqui, mesmo com o desânimo e as controvérsias da vida, sempre procurando melhorar, provar que era possível, até quando duvidei que seria.

RESUMO

Ao longo da história do mundo as mulheres têm lutado pelos seus direitos e especificamente nas Relações Internacionais as mulheres ainda lutam para o reconhecimento de suas contribuições na área. Em pleno século XXI as mulheres se veem em posição de mimetização para serem respeitadas, impõem sua posição e mostram sua relevância. Mesmo com políticas de igualdade de gênero, ainda persiste uma desigualdade entre sexos muito grande no que se diz respeito à representação política. Mesmo ampliando acesso a esses lugares, e não sendo mais impedidas de participarem da política, as mulheres tendem a enfrentar ataques e acabam não participando em peso da política formal, pois há um grande impedimento. O meio político, de tradição machista e patriarcal tende a induzir a exclusão, descrença, desqualificação, estereotipização, padronização, e até mesmo a difamação das mulheres presentes nesse ambiente. O lugar de poder (político público) parece não pertencer a mulher, é o que se pode chamar de violência política de gênero— práticas sistêmicas que tem o objetivo de excluir as mulheres da esfera política. Estas práticas estão cada vez mais reconhecidas ao redor do mundo, e os organismos internacionais estão cientes da existência delas e reconhecem a necessidade de construir novos imaginários e realidades que permitam gerar rotas concretas de transformação, através de medidas e reformas institucionais. Dessa forma, neste trabalho será abordado - além das conceituações e debates acerca da violência de gênero - como essa se dá na prática. Através de uma análise bibliográfica, incluindo reportagens, fotos e filme, a violência será mostrada no âmbito das chefes de Estados do Reino Unido, representada pela Margaret Thatcher(1925-2013); Filipinas, pela Corazón Aquino (1933-2009); Costa Rica, pela Laura Chinchilla(1959-); e Finlândia, pela Sanna Marin (1985-). Ao compreender que na política internacional é perceptível a predominância de homens no espaço político, Judith Ann Tickner e Cynthia Enloe serão autoras que agregaram a argumentação e explicitação deste trabalho, visto que a abordagem da política internacional estabelecida por elas propõe avistar as mulheres e as relações de poder presentes nesse meio. Nessa perspectiva, este trabalho se utiliza de uma bibliografia em sua maioria feminina, para que temas como este, que são relativos a mulher, sejam debatidos por quem os entende de perto, mulheres.

Palavras-chaves: Democracias paritárias; violência política de gênero; mulher; política.

ABSTRACT

Throughout the history of the world women have fought for their rights and specifically in International Relations women still fight for the recognition of their contributions in the area. In the 21st century, women find themselves in a position of mimicry to be respected, impose their position and show their relevance. Even with gender equality policies, there is still a very large inequality between the sexes in terms of political representation. Even expanding access to these places, and no longer being prevented from participating in politics, women tend to face attacks and end up not participating in formal politics, as there is a great impediment. The political environment, with a sexist and patriarchal tradition, tends to induce exclusion, disbelief, disqualification, stereotyping, standardization, and even the defamation of women present in this environment. The place of power (public politics) does not seem to belong to women, it is what can be called political gender violence systemic practices that aim to exclude women from the political sphere. These practices are increasingly recognized around the world, and international organizations are aware of their existence and recognize the need to build new imaginaries and realities that allow for the generation of concrete routes of transformation, through institutional measures and reforms. In this work it will be approached - in addition to the concepts and debates about gender violence - how it happens in practice. Through a bibliographical analysis, including reports, photos and film, the violence will be shown in the scope of the heads of states of the United Kingdom, represented by Margaret Thatcher (1925-2013); Philippines, for Corazon Aquino (1933-2009); Costa Rica, by Laura Chinchilla (1959-); and Finland, by Sanna Marin (1985-). Understanding that in international politics the predominance of men in the political space is perceptible, Judith Ann Tickner and Cynthia Enloe will be authors who have added the argumentation and explanation of this work, since the approach to international politics established by them proposes to see women and the relations of power present in that medium. In this perspective, this work uses a bibliography that is mostly female, so that topics like this, which are related to women, are debated by those who understand them closely, women.

Key-words: Parity democracies; political gender violence; women; politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Conjunto de Imagens Margaret Thatcher	38
Figura 2- Corazon Aquino	39
Figura 3- Notícia O Globo (1)	40
Figura 4- Notícia O Globo (2)	40
Figura 5- Notícia O Globo (3)	41
Figura 6- Laura Chinchilla	42
Figura 7- Matéria La Nación	44
Figura 8- Matéria La Nación	44
Figura 9- Colagem Sanna Marin	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
UFT	Universidade Federal do Tocantins
OEA	Organização dos Estados Americanos
CEPAL	Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
ONU	Organização das Nações Unidas
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A GUIA DE UM DEBATE POLÍTICO SOBRE MULHERES	16
2.1 Teoria Feminista nas Relações Internacionais	16
2.2 Violência política contra mulheres	18
2.3 Paridade de Gênero e Democracias Paritárias.....	23
3 AS ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: DOS ENTRAVES ÀS INTENÇÕES ACERCA DA PARIDADE DE GÊNERO.....	27
3.1 OEA	30
3.2 CEPAL	31
3.3 CFEMEA	32
3.4 ONU e ONU-Mulheres	33
4 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO COMO NORMA: DESCARACTERIZADAS, DEPRECIADAS, IMPEDIDAS E ANULADAS.....	36
4.1 Margareth Thatcher	37
4.2 Corazón Aquino	39
4.3 Laura Chinchilla	42
4.4 Sanna Marin	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A participação equitativa das mulheres na política e no governo é essencial para a construção e manutenção da democracia. Contudo, a conjuntura contemporânea da sociedade parece não ter diminuído a influência do patriarcalismo enraizado na mesma. As diversas transformações acerca de equidade de gênero na política, não foram capazes de nivelar o jogo político, visto que ainda existe uma desigualdade entre sexos muito grande no que diz respeito à representação política. Ainda que tenham conseguido ter acesso ao espaço político, e não sendo mais impedidas de participarem dela, as mulheres tendem a enfrentar dificuldades e acabam não participando em peso da política formal, essas mulheres se veem em posição de mimetização para serem respeitadas, impõem sua posição e mostram sua relevância.

De tal maneira, compreendendo que as questões de gênero impactam diretamente nas relações internacionais e tem suas definições impactadas por ações no meio internacional, e compreendendo também que apesar de as mulheres serem atores essenciais nas relações internacionais, há um sistema de poder que as impede de que as relações sejam benéficas para elas por seu papel não ter o reconhecimento da sua devida importância, por conseguinte a participação destas, apesar de existente, não é ouvida e notada no sistema internacional.

A dificuldade mencionada refere-se à resistência encontrada no ambiente político, que tende a reações violentas contra a integração política feminina. Estas reações foram identificadas e chamadas “violência política de gênero”. Tal conjunto de ações é uma ameaça muito séria à democracia, pois impedem que as mulheres terminem suas campanhas políticas, ou cumpram suas obrigações dos cargos. Além disso, estes atos buscam restaurar a visão tradicional ao forçar as mulheres a abandonar a esfera pública, ao ressaltar suas obrigações na esfera privada (KROOK e SANÍN, 2015). O meio político, de tradição machista e patriarcal tende a induzir a exclusão, descrença, desqualificação, estereotipização, padronização, e até mesmo a difamação das mulheres presentes nesse ambiente.

Como afirmam Herrera, Arias e García (2010), a violência política contra as mulheres por razões de gênero se expressa mais como violência indireta ou estrutural sua manifestação mais geral é a hostilidade, entendida como uma reação latente com a qual a incursão e a presença da mulher nos espaços de decisão é

recebida e percebida. Ou seja, a violência é dirigida contra mulheres por serem quem são, e com objetivo de forçá-las a se retirarem da vida política (KROOK e SANÍN, 2015).

Violência política contra as mulheres são todas as práticas cujo componente essencial é o gênero. São práticas discriminatórias, com diferentes expressões de violência direta contra o corpo de mulheres políticas e indiretas, que vão de atos explícitos de violência e abuso, sexismo, à violência psicológica. Exercidas sobre terceiros, como os familiares, por exemplo- que tendem a intensificar-se durante os processos eleitorais.

O trabalho pretende compreender o que é a violência política de gênero, e debater essa problemática que faz com que existam poucas mulheres ocupando cargos de relevância na política internacional. Também é nossa intenção averiguar os principais e mais evidentes motivos para tal situação: perpetuação do ideário do comportamento feminino, caracterizado pela representação de qual lugar na divisão de trabalho a mulher pertence. É também objetivo deste trabalho evidenciar os significativos movimentos realizados para o combate da prática da violência política de gênero, pelas organizações internacionais.

A principal motivação deste trabalho se dá justamente em relação à relevância do tema, dado que com os meios de comunicação e redes sociais a propagação de notícias é mais rápida e tende a ser possível a todos que tenham acesso à internet, se demonstrou uma urgência de se debater o tal. São muito mais evidentes episódios de violência política de gênero, e a identificação, conceituação e o debate desta deve ser realizado para que um maior número de pessoas tenha conhecimento dela, pois somente dessa maneira será possível que essas práticas deixem de ser normalizadas e passem a ser julgadas como o que são, um crime.

A discriminação, a violência e a resistência a mulheres a ingressarem ao cenário político não está limitado ao que se tem conhecimento local, ou seja, âmbito nacional. Na política internacional também é perceptível a predominância de homens no espaço político. Por esse motivo Judith Ann Tickner e Cynthia Enloe serão autoras que agregaram a argumentação e explicitação deste trabalho. A abordagem da política internacional estabelecida por elas propõe avistar as mulheres e as relações de poder presentes nesse meio.

O trabalho propõe gerar conhecimento que de diversos modos pode ser aplicado para a sociedade. Tem uma abordagem qualitativa, e preocupa-se em

apresentar temas relevantes para as relações internacionais como políticas de igualdade de gênero, por exemplo. Uma pesquisa explicativa, uma investigação que visa esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma para a ocorrência de certo fenômeno. Através de uma revisão bibliográfica que inclui fotos, reportagens e artigos, o trabalho irá analisar os discursos apresentados nestes materiais, os quais reforçam determinadas relações de poder.

Com apoio da conceituação de estereotipização e do imaginário do ideal de feminilidade, as mulheres são submetidas a intimidação e coerção dentro desse ambiente. O trabalho utilizará desta revisão materiais para explicar e explorar as argumentações da autora, de modo a demonstrar uma reprodução de práticas e ideias patriarcais históricas, que reforçam a exclusão da integração das mulheres no espaço político.

Com uma breve contextualização da problemática realizada na introdução deste trabalho, o mesmo irá aprofundar no segundo capítulo os conceitos, acontecimentos históricos e debates relevantes e referentes ao tema em questão. Passando pelos principais conceitos identificados como pertinentes para as críticas empreendidas na hipótese deste trabalho, como, por exemplo, o que é patriarcado e sociedade patriarcal. Além dos conceitos pertinentes, este capítulo explicita um pequeno recorte no longo caminho percorrido pelas mulheres na luta para a eliminação da restrição de sua participação na esfera pública.

O terceiro capítulo propõe apresentar os cerne do debate de violência política de gênero nas instituições e organizações internacionais, com foco na Organização dos Estados Americanos (OEA), Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (CEPAL), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) pensando o espaço da ONU-Mulheres, visto que estes já demonstram realizar debates com intenções na construção de democracias paritárias, a fim de garantir o exercício dos direitos políticos das mulheres livre de todas as formas de violência. O capítulo irá perpassar por estratégias que visam a igualdade de gênero desde o início do século XXI, e o combate a violência e o abuso político, além de proteger o direito das mulheres à participação, salvaguardando a integridade dos processos eleitorais.

O capítulo final do trabalho tem a intenção de mostrar como existe uma perpetuação da estereotipização e do imaginário do que é feminino, como as mulheres são submetidas a violência política devido ao seu gênero, ou seja,

como a violência política de gênero é realizada de verdade. Para este capítulo foram escolhidas, inicialmente, seis mulheres que atuaram ou atuam como líderes em diferentes países do sistema internacional. Contudo, o trabalho acabou por limitar-se a quatro mulheres, presidentas e Primeira Ministras, que se destacaram ao olhar do público, como, por exemplo, Margaret Thatcher, que foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Premier no Reino Unido, ou Sanna Marin, atualmente a mais jovem líder de um país.

Por fim, o trabalho fará considerações através de imagens e/ou manchetes de jornais que serão analisadas de modo a confirmar a hipótese inicial, de que existe a perpetuação do ideário do comportamento feminino, caracterizado pela representação de qual lugar na divisão de trabalho a mulher pertence, limitando-as a certos lugares, e as excluindo dos lugares de tomada de decisão pelo simples fato de serem mulheres.

2 A GUISA DE UM DEBATE POLÍTICO SOBRE MULHERES

Este capítulo objetiva trazer as conceituações das categorias e temas que vão elencar algumas nuances vividas por mulheres na arena política internacional. Interessa-nos saber quais são as bases teóricas no âmbito das ciências atentas as questões relacionadas as mulheres, todavia, é no campo das Teorias das Relações Internacionais que vamos nos pautar, sobretudo no âmbito da Teoria Feminista.

Em seguida pretendemos trazer uma compreensão acerca da violência política de gênero no espectro das conceituações ou dos debates. Ressaltamos serem debates recentes e que, ainda mais recentes, são as conceituações acerca da violência política contra mulheres que se constitui um desdobramento resultante de um campo de disputa dentro da violência política de gênero.

Para finalizar as discussões deste capítulo falaremos sobre as compreensões acerca do que significa paridade de gênero e como podemos vislumbrar (no espectro das teorias) o que serão as democracias paritárias.

2.1 Teoria Feminista nas Relações Internacionais

A aproximação entre os Estudos de Gênero e as Relações Internacionais (RI) acontece no contexto do chamado "terceiro debate" em RI. As justificativas centram-se na compreensão da forma pela qual gênero passa a ser uma categoria relevante no pensamento em Relações Internacionais, e para tencionar uma abordagem que parta do viés economicista, mas não estacione aí e construa também, uma abordagem mais sociológica para a explicação dos fenômenos internacionais (MONTE, 2013).

Ainda para Monte (2013), a teoria feminista vai fazer parte das viradas sociológica e linguística das RI. Feministas acabam inevitavelmente do lado pós-positivista do debate por priorizarem, da mesma forma que construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, as relações entre poder e conhecimento e a importância da linguagem, regras e identidades para as relações internacionais. A tudo isso acima discutido, adicionaremos agora uma especificidade - a aplicação do

gênero como categoria de análise, incluindo no campo das RI uma miríade de temas até recentemente ignorados.

As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher. Certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero (Bell, Hooks, 2015, p. 207).

Para Flávia Biroli, as Teorias Feministas da Política se situam no subcampo da Teoria Política, tendo como referência os desenvolvimentos da Ciência Política. A autora aponta que dois elementos sociopolíticos fazem do pensamento feminista sobre a política algo bastante peculiar. Primeiro, trata-se de um pensamento elaborado por mulheres, portanto, por aquelas que foram historicamente excluídas e são, ainda hoje, incluídas desigualmente da política institucional. O segundo elemento, diz sobre a produção e a circulação do conhecimento no mundo acadêmico também têm sido marcadas pela exclusão e pela inclusão desigual das mulheres. Uma premissa importante se destaca, trata-se ainda de um pensamento que se define em conexão com o ativismo feminista e é abertamente referenciado por um valor, a igualdade de gênero. Isso, a partir da sua própria conformação, coloca em xeque a ideia de que o conhecimento pode ser descolado dos valores e relações em um dado contexto, o que implica um enfrentamento com a valorização da ciência “neutra” e “isenta” (BIROLI, 2017). Expandindo ainda mais:

O objeto das teorias feministas não são exatamente as mulheres, mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidianas nas quais aquelas são posicionadas desvantajosamente. Se não falam estritamente de mulheres, são teorias que se definem a partir de suas posições e em diálogo com as lutas de movimentos sociais organizados, o que tem implicações epistemológicas e políticas. Seu problema de fundo são os sentidos e limites da política, repensada de uma perspectiva que leva em conta a posição das mulheres, isto é, de uma perspectiva de gênero. Para compreendermos o modo como se estabelecem as teorias feministas da política, tem especial importância a noção de que “a política não é algo simples a que nós nos referimos”, mas “um artefato ricamente texturizado de linguagens reflexivas”, o que confere ambiguidade e complexidade à relação entre teoria e prática política (VINCENT, 2004, APUD BIROLI, 2017, p. 175).

Faria parte do projeto científico e político das feministas procurar incluir e dignificar essas formas de conhecimento, transformando-as em pontos de vista epistemológicos que desafiem e ofereçam alternativas aos atuais cânones teóricos, que reproduzem e mantêm os privilégios de certos grupos sociais (MONTE, 2013).

Ao se seguir as teorias tradicionais das Relações Internacionais, principalmente a realista, as mulheres são associadas à paz, levando em consideração que a natureza do Estado é ser promotor de guerra para se beneficiar dos impactos da mesma, então as mulheres e a paz não são prioridades da agenda do mesmo (TICKNER, 2001). Mesmo sendo atores importantes — um entendimento atual, através das pesquisas realizadas pelas feministas das relações internacionais — as mulheres foram historicamente associadas ao conceito de paz, e afastadas dos temas do sistema internacional. Por fim, após o fim das guerras, o cenário internacional se viu aberto para a discussão de novas agendas, para além daquelas que diziam respeito a questões de segurança e paz, que eram a base para o estudo das relações internacionais, dando espaço para debates de questões que fazem parte da sociedade como um todo, não somente no que é relevante para o ator Estado.

Em conseguinte compreensão, Cynthia Enloe (1989) e Judith Ann Tickner (2002), sustentam novamente que apesar de as mulheres serem atores essenciais nas relações internacionais, há um sistema de poder que as impede de que as relações sejam benéficas para elas por seu papel não ser ter o reconhecimento da sua devida importância às mulheres. Conforme as autoras, este é um grupo marginalizado e a origem da divisão de gênero no trabalho é uma problemática vinda do patriarcado que até os dias de hoje grande parte da sociedade impõe sobre a mulher.

2.2 Violência política contra mulheres

Feministas e estudiosas de gênero comumente distinguem sexo de gênero, de forma que definem sexo como características biológicas, aquelas que são principalmente referentes as questões reprodutivas, e gênero como códigos sociais cujos os quais expressam masculinidade e feminilidade (KIRBY, 2014). Quando uma pessoa pensa em maneiras adequadas de ser 'homem' ou 'mulher', este pensamento está obedecendo não às regras da genética, mas às da sociedade.

Segundo Connell e Pearse (2015) a maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia, mas a dicotomia e a diferença são apenas uma substância dessa ideia. Isso porque essa ideia de diferença natural a qual a dicotomia faz menção é a base para os padrões sociais de gênero, que se manifestam em diversos formatos, sendo, um deles a dominância dos homens na sociedade. Ou seja, o gênero surge de um conceito de construção social que vai além do sexo e das características físicas, capaz de dar espaço para que as relações de dominação e exclusão existam, baseadas justamente nesse conceito.

Sendo assim, percebe-se que o gênero tem grande influência no que diz respeito à vida em sociedade, e é o gênero que estabelece os parâmetros coletivos de identidade. Por este motivo, segundo Paul Kirby, em livro de Baylis et al., publicado em 2014, gênero é classificado como uma "institucionalização social da diferença sexual" e "uma divisão socialmente imposta dos sexos". Segundo o autor:

“Do privado ao público, o gênero é uma manifestação de poder político porque afeta quem recebe o quê. As normas e práticas de gênero resultam em recompensa, privilégio, celebração e conforto ou, inversamente, em vergonha, rejeição, expropriação e exclusão. A sociedade é organizada em relação e estratificada por gênero”(KIRBY, 2014)

Como bem foi mostrado, o gênero é uma estrutura de poder, uma dinâmica mutável e uma rede de identidade que interage com outras formas de poder, dinâmicas políticas e identidades. Entender gênero é de suma importância porque a categorização masculino e o feminino têm demonstrado ser a chave para a operação do poder político.

Alguns elementos perceptíveis na política fizeram do gênero um objeto de estudo da política global. A disparidade na proporção de mulheres para homens em cargos de liderança e representação política encontrada em praticamente todos os países, por exemplo, é um deles. Dessa forma tendo entendimento comum do que significa deter o poder, que a política é baseada no gênero.

As questões de gênero não só impactam diretamente nas relações internacionais como também tem suas definições impactadas por ações no meio internacional. De acordo com J. Ann Tickner (2001) o que se vê refletido na limitação da participação das mulheres na elaboração de políticas de segurança externa e nacional advém das hierarquias de gênero que são socialmente construídas e mantidas através de estruturas de poder.

Perpetuando o entendimento de que não há nenhum aspecto da política global em que o gênero não esteja presente, as autoras Connell e Pearse (2015) deliberaram:

“O Estado liberal moderno define homem e mulher como cidadãos, ou seja, como iguais. Mas o código sexual dominante define homem e mulher como opostos. Enquanto isso, ideias rotineiras sobre a divisão do trabalho na vida familiar definem as mulheres como donas de casa e cuidadoras de crianças. Da mesma forma, mulheres que adentram a esfera pública, travam batalhas homéricas para ter sua autoridade reconhecida” (CONNELL; PEARSE, 2015 p. 158)

Dessa forma, a participação das mulheres, apesar de existente, não é ouvida e notada no sistema internacional. Ou seja, sua presença como membro do sistema foi notada, porém, continua a ser limitada, sua relevância ainda é diminuída.

Para Enloe (1989), o poder do Estado também está no controle que este tem sobre as mulheres como símbolos, de modo a caracterizá-lo como uma figura patriarcal. Na obra de 2004, “The curious feminist”, da mesma autora (2004 apud KLIPP, 2020) o patriarcado está definido como sistema estrutural e ideológico que visa perpetuar o privilégio da masculinidade. Dessa maneira a autora evidencia que toda instituição, sociedade ou cultura pode tornar-se patriarcal.

Em sua obra “Mulheres Públicas” Michele Perrot (1998) mostra que existe uma assimetria sexual no espaço público. Enquanto o “homem público” desempenha papéis reconhecidos e considerados importantes, como a participação no poder com honra e virtude, a “mulher pública” é o oposto, desonra e vergonha (PERROT, 1998)

Segundo Carole Pateman (1993 apud KLIPP, 2020) o termo “patriarcado” é controverso e problemático. Este significa, para ela, uma forma de poder político que foi sendo ignorada ao longo do século XX e que o termo só voltou à discussão com o feminismo dos anos 1960 (PATEMAN, 1993). Com a criação do contrato social o poder político passou a ser representado pelo indivíduo que participa das instituições do Estado.

Segundo essa visão, o patriarcado estaria ligado a uma realidade anterior ao contrato social cujo poder estava associado à figura paterna (KLIPP, 2020). Aqui destaca-se que a autora explicita que o indivíduo a quem as teorias do contrato social se refere é necessariamente masculino. Não obstante, o patriarcado contratual moderno, ainda hoje está estabelecido através da dominação de homens adultos sobre mulheres adultas (PATEMAN, 1993).

Nesse contexto, as teorias feministas surgem como forma para analisar o gênero como uma fonte de poder e hierarquia nas relações internacionais considerando a construção histórica e social desse cenário, que, sendo algo construído, é passível de mudança e evolução (TICKNER, 2001). As críticas feitas pelas teorias feministas correspondem a estas práticas e valores nitidamente patriarcais, aos quais afirmam um desinteresse feminino pela política, ocultação e silêncio sobre a atuação pública das mesmas, reproduzindo os estereótipos de gênero (BIROLI, 2010).

Algumas características dessa estrutura são marginalização da feminilidade, infantilização, trivialização e exclusão da feminilidade de determinada instituição, cultura ou sociedade. Ao entender essa estrutura e fazer uma análise feminista das Relações Internacionais, pode-se detectar a prática que dá título a este trabalho.

Partindo da compreensão da estrutura patriarcal, suas aplicações, variações no momento presente, referindo-se a formação da estrutura social, na qual os homens são que possuem o poder é que se pode analisar a participação das mulheres na sociedade. É o patriarcado, que concebido como estrutural que rege as ações indireta e diretamente — no âmbito nacional e internacional — as ações que marginalizam as mulheres de diversas instâncias, entre elas, a política.

A construção da sociedade ao longo dos anos deu-se com base na divisão do espaço público e privado, o primeiro sendo domínio dos homens e o segundo das mulheres, como já foi explicado. Também, como explicitado anteriormente, a política, por fim, desempenhou papel definidor de atividade específica masculina. A possibilidade de participação política das mulheres era excluída e tida como “não natural” (PERROT, 2014, p. 28).

No artigo “O gênero da cidade”, Perrot (2014) fala sobre o tratamento dado às mulheres na cidade europeia do século XIX, retoma a proibição das mulheres a operarem nas bolsas de valores e que para se fazerem presentes nesse ambiente tiveram que se caracterizar de indivíduos do sexo masculino.

Com a finalidade de ocupar o espaço público e exercer sua cidadania, as mulheres organizaram-se em movimentos de luta por esses direitos. Ainda hoje, no século XXI, as mulheres se veem em posição de mimetização para serem respeitadas, imporem sua posição e mostrarem sua relevância. Mesmo com políticas de igualdade de gênero e paridade política, ainda existe uma grande desigualdade entre sexos no que se diz respeito à representação política, o lugar de poder

(político público) parece não pertencer à mulher. Porém, a luta pela garantia de direitos políticos não basta. Mesmo com a possibilidade de votar e serem votadas, as mulheres ainda são uma minoria no espaço político.

A violência política de gênero é um dos principais obstáculos apresentados ao progresso e construção de democracias com número igual de representantes de cada categoria, para evitar diferenças ou injustiças. A violência política contra as mulheres pode ser entendida como qualquer expressão de violência de gênero que restringe e / ou anula os direitos das mulheres, humanos e políticos. O motor essencial dessa forma de violência, expressa no espaço político eleitoral, é o componente de gênero. Ou seja, eles são direcionados às mulheres apenas pelo seu gênero (ALBAINE, 2017).

Em um ambiente dominado por práticas patriarcais enraizadas, as tentativas de inclusão das mulheres na dinâmica política demonstram um aumento, o que, na verdade, é uma maior visibilidade do problema que é a violência política contra a mulher. Muitos casos tomaram a mídia durante a última década, demonstrando uma exacerbação de práticas machistas estruturais que visam a exclusão e expulsão das mulheres do espaço político, de modo a impedir a renúncia de lugar em um espaço de poder tradicionalmente masculino (SEGATO, 2003).

Essa violência pode ser entendida também como uma tentativa de preservar o status quo, através de uma defesa violenta do espaço de poder que é tradicionalmente próprio dos homens (SEGATO, 2003). Essa prática, que pretende manter do poder político patriarcal, é frequentemente expressa através de uma hostilidade contra as mulheres que termina por transformar-se em uma forma de castigo ou censura contra elas por sua transgressão de ousar participar do espaço público, e é muito mais severa nos casos em que ousam não apenas "ser", mas também trazer para a agenda pública as perspectivas femininas. (HERRERA; ARIAS e GARCIA, 2010).

Tal prática se dá através da discriminação na montagem das listas de candidatos, da renúncia forçada para ceder o cargo a um homem, de ameaças a candidatas eleitas, da cobertura deliberadamente negativa da mídia tanto durante a candidatura eleitoral, quanto no exercício do mandato, da difamação, do assédio, da agressão física entre outras medidas que possam servir de impedimento do livre exercício do direito político da vítima. Os atores que exercem essa violência podem

ser diversos, desde o próprio Estado, os partidos políticos, os meios de comunicação, até os usuários das redes sociais (ALBAINE, 2017).

A exemplo disso, existe o caso ocorrido na Austrália pela, na época primeira-ministra Julia Gillard, constantemente hostilizada pela oposição e por figuras públicas conservadoras, que a atacavam pelo seu estado civil e por sua escolha de não ter filhos, além de haver vários comentários em relação a sua aparência física e suas roupas. Sua imagem foi sexualizada em charges, e sofreu comentários violentos por locutores de rádio. Em um discurso de quinze minutos no Parlamento australiano, que ficou conhecido mundialmente como “Discurso sobre a misoginia” (Misogyny Speech), ela chamou atenção para o tratamento público sexista que vinha recebendo.¹

Infelizmente, este não foi o único caso de conhecimento público, com a facilidade de acesso a informações globais, é de forma diária que se tem contato e conhecimento de casos de violência política contra mulheres. Parecido com o que ocorreu com Julia Gillard, se tem Dilma Rousseff, Angela Merkel, Cristina Kirchner, Michelle Bachelet, Katrín Jakobsdóttir, Jóhanna Sigurðardóttir, entre outras, e isso somente na história recente.

2.3 Paridade de Gênero e Democracias Paritárias

A ideia de se pensar a Paridade de Gênero como um caminho generoso a ser percorrido pelas mulheres não necessariamente se configura como generoso, no sentido de diminuir violências, tendo em vista que a paridade associada ao gênero é uma relação direta como homens e mulheres que não compreendem a desigualdade que assolam as mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos. Há também uma dúvida se este já se configura como um caminho, tendo em vista os retrocessos contemporâneos que as diversas sociedades vivenciam numa escala global. E aqui não se contesta o fundamental papel da paridade de gênero, mas os espaços em que ela se fundamenta como política, quase sempre aliadas às pautas de governos e raramente como uma tarefa dos estados.

¹ Julia Gillard's 'misogyny speech' in full (2012) | ABC News, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ihd7ofrwQX0>>

Na página do Politize!² o debate que se propõe sobre Paridade de gênero na perspectiva jurídica brasileira inicia dando o conceito de Paridade como “característica do que é igual ou semelhante, o que podemos ligar ao Artigo 113, inciso 1 da Constituição Federal, em que diz: todos são iguais perante a lei”. A própria definição de paridade já abarcaria que mulheres são sujeitos sociais e por tal condição, a discriminação, o rebaixamento, a anulação é incompatível com as organizações sociais. A perspectiva de gênero atrelada à definição de paridade visa politizar as desigualdades entre sujeitos sociais semelhantes.

No artigo da página, Azevedo (2018, s/p) inicia com a pergunta que é política e em mesma instância também é uma demanda jurídica de escala global: “Mas o que seria a tal paridade de gênero?” E antes de elaborar uma resposta o autor, traz um histórico importante no sentido de nos informar que a mulher começa a ganhar sua paridade com a definição de cidadania, onde alguns aspectos são importantes na direção de nos tornar cidadãs, posto que dotadas de direitos como, por exemplo, a legalização de algumas causas como o desquite, caracterizado como ato jurídico pelo qual se dissolve a sociedade conjugal. Tido como um dos maiores avanços e contraditoriamente recentes em algumas sociedades, indefinidos em outras e ainda totalmente proibidas em uma considerável quantia de estados-nações.

A ONU-Mulheres em uma campanha global que se intitula “Por um planeta 50-50 em 2030 – Um passo decisivo pela Igualdade de Gênero” traça metas para que haja a erradicação das desigualdades de gênero e pousa sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5. Esse ODS versa sobre “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” e dentre suas metas estão duas estreitamente ligadas a Paridade de Gênero: 1) Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas; 2) Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; além de estabelecer petições para os estados signatários, dentre elas: a) Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU-Mulheres, s/d).

² O Politize! é uma organização sem fins lucrativos que busca fortalecer a cultura política no Brasil, levando educação política por meio de conteúdos fáceis, divertidos e sem vinculação político-partidária. Para saber mais, acesse: www.politize.com.br

E apesar de trazer como um ODS prioritário, nas indicações acerca do debate, a ONU-Mulheres não trata acerca do conceito ou de definições acerca da paridade de gênero. Para Porcaro (2019, p. 142), paridade de gênero é “um princípio visceral da ordem constitucional”, ou seja, uma igualdade substantiva nas democracias que primam pela equidade social, portanto de gênero, exigindo uma representação correspondente nas instâncias decisórias.

Noutras palavras, a paridade de gênero é uma proporção igualitária ou que se aproxime da igualdade (50-50) de homens e mulheres que permitam ascender aos espaços sociais, sobretudo numa escala pública. A Paridade de Gênero também pode significar acesso de mulheres e homens às políticas públicas, cargos políticos e tomadas de decisões.

Por isso, defende-se a necessidade de partir da paridade e da reserva de cadeiras para a formação de um corpo político verdadeiramente diverso e que produza um processo deliberativo de qualidade. Outras autoras como Philips, Young e Mansbrigde também salientam a importância da inclusão feminina na política para o aprofundamento da democracia, nos termos da Democracia Deliberativa, indicando que a representação descritiva³, ou seja, uma política que promova o acesso de grupos excluídos como as mulheres, é etapa crucial para uma representação substantiva, de ideias⁴. Phillips esclarece que a representação “de presença” não significa tratar as mulheres como um grupo homogêneo, mas como membros de um mesmo grupo que é excluído dos espaços decisórios, apesar de representarem metade (ou mais) da população (PORCARO, 2019, p. 148).

Junto à proposta das discussões acerca do tema da paridade de gênero emerge em contextos regionais sob o marco da democracia paritária (PRÁ, 2014, p. 172). Ainda para esta autora, mais especificamente na América Latina, o propósito da paridade de gênero é registrado no Consenso de Quito (2007) e reafirmado nos Consensos de Brasília (2010) e de Santo Domingo (2013) o que não significa consolidação de democracias, mas um importante passo para este sentido. Expandindo essa ideia, compreende-se que este reforça:

³ Mansbrigde define: “Na representação descritiva, a própria pessoa e a vida do representante de certa forma traduzem a classe maior que ele representa. Legisladores negros representam cidadãos negros, legisladoras representam as mulheres, e assim por diante”. In: MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent “Yes”. The journal of politics, v. 61, n. 3, p. 628-657, University of Texas Press, aug. 1999. Apud PORCARO, 2019. Disponível em: <https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should_black_represent_black_and_women_repre%20sent_women_a_contingent_yes1.pdf>.

⁴ PHILLIPS, Anne. The Politics of presence. Oxford: Clarendon Press, 1995. Apud PORCARO, 2019.

Motivo pelo qual os feminismos são permanentemente desafiados a buscar estratégias para assegurar que “os direitos de cidadania das mulheres e as condições para o seu exercício constituam questões centrais de democracia, e não apenas questões das mulheres” (PITANGUY; MIRANDA, 2006, p. 31).

A própria ONU enquanto espaço dos debates políticos globais, partir dos ODS, no que concerne à ONU-Mulheres, lançou a Agenda 2030 para promover um modelo político em que a paridade e a igualdade substantiva se constituem como a coluna vertebral do Estado inclusivo e paritário, visando alcançar uma verdadeira Democracia Paritária (ONU-MULHERES, 2020). Ampliando ainda mais a importância:

Nesse âmbito, a real participação e a representação política feminina em todas as esferas políticas seguem identificadas desde os feminismos como condição necessária ao fortalecimento democrático, o que é almejado com a defesa da democracia paritária (PRÁ, 2014, p. 191).

Tendemos a concordar com as premissas da ONU-Mulheres (2018) no documento “Nota sobre Democracia Paritária” que ampara não só o ODS 5 com todos os outras ODS, que se estamos em um contexto de ampliação do reconhecimento da estruturação desigual que mulheres e homens ocupam espaços de tomada de decisão (particularmente na política), é urgente que a democracia paritária se apresenta como um modelo político em que a paridade e a igualdade substantiva se constituem como elementos fundantes do Estado inclusivo e paritário. Portanto, a Democracia Paritária implica profundas transformações qualitativas e quantitativas que incluem desde a participação política feminina até o enfrentamento das variadas violações de direitos contra mulheres e meninas.

3 AS ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS: DOS ENTRAVES ÀS INTENÇÕES ACERCA DA PARIDADE DE GÊNERO

Este capítulo visa mostrar instituições e organizações internacionais que se atentaram e se voltaram para a resolução da violência política de gênero, já que esta foi identificada como um dos empecilhos à construção de democracias mais justas e igualitárias, que afeta a dignidade e a qualidade de vida da sociedade global. Dando continuidade à discussão iniciada no capítulo anterior, o qual mostra a problemática e seus desdobramentos no relevante a paridade de gênero.

O mesmo trata-se de mais uma explicitação dos trabalhos das OIs, em dando especial destaque aquelas do continente americano, e da região latino-americana, e uma pequena perspectiva local, no que se refere aos trabalhos a respeito da problemática no Brasil. É neste que será explanado os esforços reais para garantir o exercício dos direitos políticos das mulheres livre de todas as formas de violência, o combate a violência e o abuso político, além de proteger o direito das mulheres à participação, salvaguardando a integridade dos processos eleitorais.

No pós-Guerra Fria, e o estagnado da situação de guerra, às relações internacionais passaram a se voltar para outros temas que já tinham força e impactavam a vida global, como, por exemplo, as relações étnicas, culturais, os conflitos e impactos econômicos causados por outros atores além do Estado (TICKNER, 2001). Assim, tanto organizações internacionais, quanto empresas, as organizações não governamentais e os indivíduos passaram também a fazer parte dos estudos da disciplina.

As organizações e instituições internacionais passaram a existir e assumiram o papel de reunir Estados e representantes que tinham interesse nos mais variados debates e na consolidação de leis, em diversos temas de agendas e em outros meios de manutenção do sistema internacional, através do consentimento dos mesmos. As OIs têm demonstrado cada vez mais que são instrumentos autônomos e possuem autoridade sobre os acontecimentos internacionais. Uma vez que esses assumem a característica da cooperação, senso comunitário e com objetivo teórico de cessar os malefícios causados pelos impactos das guerras, ao notar as

consequências da Segunda Guerra Mundial, que os Estados pretenderam e estabeleceram a Organização das Nações Unidas, através da assinatura da Carta das Nações Unidas em junho de 1945.

Nesse contexto, são estabelecidos os princípios de manutenção da paz, segurança e igualdade de direitos entre os povos através da “cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário.”⁵ Ao considerar, novamente, a visão da teoria realista, a qual propõe uma coordenação do sistema internacional baseada em políticas bélicas, podendo ser classificada como uma visão masculina - por se dizer, machista, a visão feminista volta seu enfoque para outras necessidades como promoção de saúde, desenvolvimento sustentável e distribuição de riscos e recursos (SILVA, 2018).

Observa-se com o que já foi explanado na seção anterior, que as figuras feministas das relações internacionais buscam mudança no sistema para que este possa favorecer seu crescimento como indivíduos em um cenário em que há desigualdades sociais, econômicas, políticas e também ambientais. Conforme as análises das teóricas Enloe e Tickner, o Estado nem sempre abre espaço para a participação feminina em decisões políticas. Para isso, o movimento feminista adentrou em nos variados debates que detinham importância internacional, e desta maneira, foi capaz de incorporar e trabalhar o que os ideais de gênero pensava sobre os mesmos.

Fica claro até aqui que apesar de as mulheres serem atores essenciais nas relações internacionais, há um sistema de poder que as impede de que as relações sejam benéficas para elas por seu papel não ser ter o reconhecimento da sua devida importância, dessa forma, a participação das mulheres, apesar de existente, não é ouvida e notada no sistema internacional (TICKNER, 2001).

Essa exclusão do sistema, segundo explica Tickner (2001) é um reflexo da desigualdade quanto à distribuição de recursos, reconhecimento dos direitos humanos e práticas culturais nocivas que colocam as mulheres em um papel secundário na sociedade e as expõe a um cenário de insegurança.

⁵ ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

Ainda que a violência política de gênero seja um tema recente, não significa que esta não seja uma violência que mulheres já não tenham vivenciado. O diferencial deste momento atual é que esse é o qual o tema passa a ser definido e difundido amplamente, uma vez também que, muitas mulheres passaram a reportá-lo em grande escala. O cenário da mulher ainda é uma incógnita, diversas mulheres, em várias partes do mundo, sofrem abuso e violência todos os dias. Isto mostra como esta ainda é uma luta válida pelos direitos das mulheres, de ser quem elas querem ser (PEREIRA, 2013).

Qualquer participante político que se afaste das normas do patriarcado pode se tornar objeto de violência de gênero, e isso independe de partidos ou ideologias políticas. Todavia, mulheres não conseguem escapar disso. Fica claro que existe uma mensagem para todas as outras mulheres, a de que a esfera pública não é lugar para elas, e ao insistirem na discussão, as mesmas são quem serão punidas. (ROCHA e SANTOS, 2021)

Embora representem mais de 50% da população mundial, as mulheres continuam sub-representadas como eleitoras, líderes políticos e autoridades eleitas⁶. (IKNOW POLITICS, HOMEPAGE). Não obstante, entende-se que a representação das mulheres no campo do poder pode ser considerada uma deficiência da democracia em relação à sua proporção na população. Dessa maneira, com o interesse de mudar essa realidade, políticas de cotas de gênero foram adotadas em diversos países para expandir o número de representantes femininas na política mundial. (ROCHA e SANTOS, 2021)

Para além disso, o debate sobre a construção de democracias paritárias substantivas tende a ser acompanhado pela necessidade de garantir o exercício dos direitos políticos das mulheres livre de todas as formas de violência. A paridade política enfrenta obstáculos vinculados a questões socioculturais e ao contexto institucional, este último corrobora essa dificuldade através do impedimento da implementação de mecanismos propulsores da mesma.

Para Tickner (1992), a eliminação de hierarquias de gênero como uma forma de garantir segurança global é essencial para aliviar inseguranças econômicas, sociais e mesmo ambientais. Compreende-se para atingir o objetivo maior, queria um sistema internacional seguro, deve incluir políticas que sejam capaz de impedir

⁶ Dados retirados da homepage do site da IKnow Politics, disponível para acesso através do link: <<https://www.iknowpolitics.org/en/who-we-are> >

que qualquer forma de violência contra as mulheres seja cometida. Esse papel, no entanto, tem ficado a cargo das OIs, e como será mostrado, o continente americano, e principalmente a América Latina tem dado passos largos e significativos a respeito do tema.

3.1 OEA – Existe um diálogo Político?

Como explicitado até aqui, a política é ainda um território masculino. A maioria dos parlamentares são homens, e os modos de fazer política continuam inspirando-se em valores masculinos. A política é misógina, há expressões de rejeição às mulheres por todas as partes e as barreiras se mostram persistentes.

A América Latina, dá passos curtos a respeito da paridade, no ano de 2017, em 11 países, a participação era de 30% das mulheres na política. Um retrocesso se comparado ao ano de 2014, somente a Bolívia pode se orgulhar da paridade de gênero, 53% de mulheres no parlamento (DINIZ; CARINO, 2019)

Um grande movimento no continente americano a respeito do tema violência política é feito pela Comissão Interamericana de Mulheres da OEA (Organização dos Estados Americanos), que em 2015 elaborou o primeiro acordo regional sobre a violência e assédio político contra as mulheres visando alcançar uma definição dessa problemática e impulsionar ações de prevenção, combate e erradicação desse fenômeno na região. (ALBAINE, 2017)

Este acordo regional foi firmado durante a VI Conferência dos Estados Parte da Convenção do Belém do Pará, que também resultou na Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra as Mulheres (aprovada em 2017), lei esta que define a violência política de gênero:

“Qualquer ação ou conduta, com base no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada” (Art. 1) [...] violência contra a mulher compreende a violência física, sexual e psicológica: a. que ocorra no âmbito familiar ou doméstico ou em qualquer outra relação interpessoal, quer o agressor compartilhe ou tenha compartilhado o mesmo endereço da mulher, e que inclua, entre outros, estupro, maus-tratos e abuso sexual; b. que ocorre na comunidade e é perpetrado por qualquer pessoa e que inclui, mas não se limita a, estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de pessoas, prostituição forçado, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições estabelecimentos de ensino, saúde ou qualquer outro lugar, e c. que é perpetrado ou tolerado pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra [...]” (ALBAINE, 2017, p. 9 e 10)

Esses instrumentos promovem o debate acerca da inclusão das mulheres, e que esta exige acompanhamento de outras transformações como, por exemplo, a das práticas sociais. Ou seja, além dos embasamentos legais, é necessário que as práticas patriarcais enraizadas nas instituições políticas sejam eliminadas. Para alcançar a democracia paritária substantiva requer resolver "dívidas" ainda pendentes (ALBAINE, 2017).

3.2 CEPAL

Na América Latina e Caribe há o entendimento da relevância de se alcançar a paridade política, bem como prevenir, punir e erradicar as práticas de assédio político de gênero e / ou violência. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por exemplo, durante a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe celebrada em Quito, Equador em 2007, através dos seus Estados membros da CEPAL solicitaram a constituição de um observatório sobre a igualdade de gênero.

A vista disso, os países reconheceram a paridade como “um dos propulsores determinantes da democracia, cujo fim é alcançar a igualdade no exercício do poder, na tomada de decisões, nos mecanismos de participação e representação social e política, e nas relações familiares no interior dos diversos tipos de família, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, e que constitui uma meta para erradicar a exclusão estrutural das mulheres”⁷.

O observatório surge para que se possa avaliar as políticas públicas em sua capacidade para enfrentar a injustiça socioeconômica, expressada na distribuição injusta de bens e recursos; as injustiças legais e culturais que se manifestam no domínio cultural, e a injustiça na representação na jurisdição do Estado (CEPAL, 2022c.).

A identificação e análise de políticas públicas de igualdade de gênero se orienta a evidenciar aquelas que, no contexto de processos históricos específicos e usando os recursos disponíveis socialmente, obtém resultados que tendem à justiça

⁷ Reconhecimento expresso no documento da décima sessão da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe realizada em Quito, Equador, de 6 a 9 de agosto de 2007, tendo como nome Consenso de Quito, disponível para acesso através do link <<https://oig.cepal.org/pt/o-observatorio>>

distributiva, de reconhecimento e de representação, fortalecendo as conquistas das mulheres nas três áreas de preocupação trabalhadas pelo Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e o Caribe: autonomia física, econômica e na tomada de decisões das mulheres (CEPAL, 2022c).

3.3 CFEMEA

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) é uma organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público, que desde 1989 atua no Brasil voltada para o estudos de mulheres, sobre feminismo, direitos humanos, democracia e igualdade racial. Em 2015, o CFEMEA inaugurou um ciclo de atuação orientado à sustentabilidade do ativismo. Para tanto, foram definidas estratégias centrais, que abarcam desde o fortalecimento da Universidade Livre Feminista; o impulsionamento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas até o desenvolvimento de metodologias de formação na ação para fortalecer a luta feminista, ampliar o ativismo e a resistência dos movimentos à ofensiva conservadora antidireitos - que se encontra principalmente, no Parlamento (CFEMEA, 2022c).

A organização faz o monitoramento das proposições de interesse das mulheres no Congresso Nacional e ao longo dos anos tem notado retrocessos, já que se observa a eleição de parlamentares cada vez mais conservadores e que defendem propostas contrárias aos direitos sociais das trabalhadoras e dos trabalhadores, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e quilombolas e da população LGBTQIA+. Mesmo com um real potencial de resistência de parte das deputadas lá presentes, que se identificam com a defesa das pautas e demandas feministas, ainda é desproporcional mediante a crescente presença de representantes conservadores e fundamentalistas (CFEMEA, 2022).

Dessa maneira a CFEMEA através do Balanço Feminista antirracista do Legislativo Federal, do estudo “Mulheres e Resistência no Congresso Nacional 2021” entende que, ainda que, mesmo com um visível aumento qualitativo, ainda que pequeno, da representação de “parlamentares dispostos a defender os direitos humanos da população brasileira e resistir ao desmonte dos direitos e das políticas públicas não freou o crescimento das bancadas conservadoras nesta legislatura” (CFEMEA, 2022).

O balanço ainda traz uma análise geral do Congresso Nacional e um olhar sobre propostas, organizadas em temas, capazes de demonstrar haver uma demanda de políticas públicas sobre mulheres, que pode ser interpretado como a resistência daquelas presentes no Congresso, a fim de garantir melhorias e igualdade. Destes 555 projetos identificados, 244 deles tratam sobre o tema da violência contra as mulheres, seguido pelos temas sobre saúde das mulheres, poder e política e trabalho e previdência.⁸

3.4 ONU e ONU-Mulheres

Além dos processos já supracitados na seção 2.3 deste trabalho, segue para conhecimento que outro marco fundamental na história dos movimentos de mulheres em todo o mundo foi o ano de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher.⁹ Esta iniciativa significou o reconhecimento de que as mulheres vivenciavam situações de desigualdades e de discriminações e os Governos de todo o mundo assumiram o compromisso de adotar medidas visando mudar esta situação. (RODRIGUES, 2004).

A ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, em 1979. Esta Convenção coloca a igualdade de direitos entre homens e mulheres nas mesmas condições, seja na vida política, social, econômica e cultural. Nesta, há o entendimento de obrigação dos Estados a assegurar a igualdade e eliminar a discriminação, ações entendidas como prejuízo ao acesso e ao exercício de direitos. É importante salientar que são as convenções capazes de criar obrigações e direitos, tornando os países partes passíveis de fiscalização.

⁸ Os dados fazem parte do estudo "Mulheres e Resistência no Congresso Nacional 2021", lançado em abril de 2022 pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Disponível para acesso em:

<https://www.cfemea.org.br/index.php/noticias/4966-mais-de-500-projetos-tramitaram-no-congresso-e-m-2021-com-foco-nos-direitos-das-mulheres-aponta-estudo-do-cfemea> >

⁹ "Um marco fundamental na história dos movimentos de mulheres em todo o mundo foi o ano de 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Neste ano realizou-se a 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, sendo declarada a Década da Mulher – 1975-84. Esta iniciativa significou o reconhecimento de que as mulheres vivenciavam situações de desigualdades e de discriminações e os Governos de todo o mundo assumiram o compromisso de adotar medidas visando mudar esta situação." Trecho do texto preliminar elaborado para palestra proferida pela Doutora em Sociologia e Diretora Colegiada do CFEMEA Almira Rodrigues na 1ª Conferência Distrital de Políticas para Mulheres, realizada em Brasília, de 26 a 28 de maio de 2004.

Em 2015 a ONU como já é de conhecimento, estabeleceu a Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Contendo 17 objetivos e 169 metas, a Agenda 2030 é uma agenda universal que estipula ações a serem tomadas até o ano de 2030 em áreas de importância para a humanidade.

Esta Agenda, que se originou a partir da observação do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, foi pensada como sendo uma agenda comum para o desenvolvimento, integrando temas como o meio ambiente, mudanças econômicas e sociais, engloba diversas pautas de essencial importância. A Agenda 2030 inaugurou outra fase para o desenvolvimento, e está em busca de engajar todos os países na construção de um futuro sustentável.

“Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram responsáveis pela inserção dos debates de igualdade de gênero em outras esferas da agenda internacional, tirando as mulheres do debate exclusivo do seu grupo e inserindo em questões ambientais, econômicas, sociais, de educação e demais objetivos necessários para alcance da paz internacional.” (ONU BRASIL, 2022c)

Desta maneira, entendendo que a carta da Agenda destaca a defesa do empoderamento de pessoas em vulnerabilidade, para que o presente e um futuro sustentável seja garantido, este presente trabalho enfatiza o 5º objetivo do Desenvolvimento sustentável: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Observa-se que este objetivo é inserido nos demais objetivos, se tornando intrínseco para o cumprimento e sucesso da Agenda 2030.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), a Convenção Interamericana sobre a Concessão do Direitos Políticos à Mulher (1948), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), são alguns dos exemplos de como instituições e organizações internacionais tem intenção e se esforçado para a proteção dos direitos políticos e dos direitos humanos das mulheres.

Mesmo com os avanços através de ações normativas, de políticas públicas, é preciso ter conscientização a respeito do tema. O aperfeiçoamento de normas preexistentes orientadas à promoção da participação política das mulheres não são

suficientes para uma mudança efetiva e de forma substancial nas práticas referentes ao exercício dos direitos políticos das mulheres.

Como demonstrado no início deste trabalho as condições de desigualdade histórica sofridas pelas mulheres se refletem na dinâmica política, portanto se exige o comprometimento de alguns atores que sejam chaves na dinâmica política e social para efeitos da promoção de transformações culturais capazes de alterar o ciclo de exercício de práticas de violência contra as mulheres, não somente no ambiente político (ALBAINE, 2015 e 2017).

A violência política de gênero adquire diferentes conotações em cada contexto histórico, político, institucional, e cultural diverso, desse modo é importante que um compromisso estatal a respeito da promoção de projetos, estratégias de ação que abordem a problemática, que voltem atenção para o tema seja assumido. O incentivo da consolidação de mecanismos como políticas de Estado se estabelece como condição determinante da democracia e da erradicação da exclusão estrutural das mulheres na sociedade.

A adoção do sistema de cotas por sexo na política é fundamental, primeiramente porque estimula debates e favorece a conscientização a respeito da sub-representação feminina, e também porque abre efetivamente oportunidades de participação para as mulheres. No entanto, percebeu-se que este tem se mostrado insuficiente para desencadear mudanças substantivas a respeito da situação. A defesa do cumprimento de normas a nível estatal (nacional), respaldadas em normas internacionais, através de marcos normativos — lei específica, por exemplo — não são suficientes para que a violência política de gênero, os direitos políticos das mulheres, e a democracia paritária seja acessível. É necessário que o debate da dificuldade enfrentada no que diz respeito à participação política das mulheres no espaço de poder seja elevado para além de tentativas de implementação.

4 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO COMO NORMA: DESCARACTERIZADAS, DEPRECIADAS, IMPEDIDAS E ANULADAS

Conforme supracitado na introdução deste trabalho, o terceiro e último capítulo pretende mostrar como a violência política acontece de verdade, de modo a identificá-la nas suas diversas facetas, que tendem a ser mascaradas, e muitas vezes ignoradas. Cabe ressaltar que, essas mulheres, não foram escolhidas intencionalmente devido seu envolvimento com o movimento feminista. Ao contrário disso, elas representam o gênero independentemente da adesão ao movimento, ou ao seu apoio a ele.

As seguintes mulheres, reunidas através de uma limitação de tempo que remete desde a Guerra Fria, até o momento atual, sendo estas pertencentes ao mesmo cargo, Chefe de Estado, de diferentes espaços do globo, mas que passaram pela situação de violência política de gênero, seja pelo seu comportamento, pela sua vestimenta, sua aparência, o que deixa mais evidente quais são as intenções das ações e condutas direcionadas a estas.

A crítica feminista no que diz respeito à atuação política, se refere justamente a estas práticas e valores patriarcais que se perpetuam, tendo como um de seus eixos a afirmação do desinteresse feminino pela política e o silêncio sobre a atuação pública das mulheres. É preciso considerar que o recurso aos papéis sociais tradicionalmente reservados às mulheres podem ser um obstáculo a uma atuação política com mais destaque, mas também uma estratégia de diferenciação e ação política por parte das mulheres.

Ao se pensar a presença de mulheres como uma potencialidade de ruptura com a oposição masculinidade/esfera pública versus feminilidade/esfera privada, significa pensar em uma ruptura com a categoria supostamente universal e abstrata de indivíduo que vem embasando a política liberal e suas formas reiteradas de exclusão (BIROLI, 2010).

Como já exposto neste trabalho, estereótipos de gênero estão constantemente vinculados às posições de menor prestígio, reforçando a posição marginal das mulheres na política, ainda que o direito à participação política tenha sido universalizado e não exista restrições formais à sua inclusão nas mais diversas esferas. Segundo, Biroli (2010), a naturalização da exclusão das mulheres da esfera

pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens”. Os estereótipos de gênero presentes na mídia também devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres (BIROLI, 2010).

4.1 Margaret Thatcher

“Gostaria que você soubesse que existe dentro de si uma força capaz de mudar sua vida. Basta que lute e aguarde um novo amanhecer” (Margaret Thatcher).

Margaret Thatcher foi a primeira Ministra do Reino Unido, eleita três vezes para tal cargo, e a mais longeva ocupante do mesmo. Conservadora e de direita, Margaret inaugura uma representação a partir do gênero, mesmo que esta não se denomina e não seja feminista. Ela também foi alvo de críticas sexistas em seus mandatos.

Seus 11 anos de governo entre 1979 e 1990 foram marcados por transformações econômicas profundas e seu forte estilo de liderar lhe rendeu o apelido de “Dama de Ferro”. Este apelido a acompanhou durante os anos de protagonismo político, e mesmo fora da vida política, as pessoas se referiam a ela assim. Este lhe foi concedido por um jornal soviético três anos antes de ela de fato se tornar primeira-ministra do Reino Unido, em uma publicação do exército soviético, que noticiou seu forte discurso contra o comunismo proferido enquanto era líder do Partido Conservador britânico, sob a manchete “Dama de Ferro Profere Ameaças”. O título repercutiu no ocidente e acabou sendo abraçado. (MARASCIULO, 2021)

O “Thatcherismo”¹⁰ ficou conhecido por ter foco no liberalismo e com políticas públicas voltadas para a austeridade fiscal, redução de gastos públicos, privatização, eliminação de subsídios industriais e diminuição de poder de sindicatos. Mas este ficou conhecido ainda por ser como chamavam a abordagem e a posição tomada por Margareth Thatcher. Sempre imponente, de fala grossa, e ríspida.

¹⁰ Conjunto das convicções e práticas políticas, econômicas e sociais defendidas por Margaret Thatcher (1925-2013), primeira-ministra britânica de 1979 a 1990, notadamente em relação ao mercado livre, ao controle apertado da despesa pública, à redução de impostos e à privatização.

Tomando como exemplificação o filme de 2012 da diretora Phyllida Lloyd, intitulado *The Iron Lady* (A Dama de Ferro), vê-se diversas cenas em que são retratadas a exclusão da mulher do ambiente político, primeiro por suas roupas se destacarem em meio ao padrão de ternos pretos, o banheiro feminino do parlamento vazio, mas de forma relevante se nota a imediata mimetização desta ao meio masculino que se insere. A fala alta, e dita como gritante pelos demais parlamentares, é uma demonstração do que foi descrito neste trabalho como violência política de gênero. Em cenas, como a de preparação da candidatura à Primeira Ministra, em que ela é colocada para fazer aulas de discurso, e tem sua imagem levemente alterada, também demonstram essa violência.

Figura 1 - Conjunto de Imagens Margaret Thatcher

The collage consists of several elements:

- Portrait:** A formal portrait of Margaret Thatcher, wearing a dark suit and a pearl necklace.
- G1 News Article:** A screenshot from the G1 website. The headline reads "Britânicos comemoram nas ruas morte de Margaret Thatcher". The sub-headline says "Houve celebrações da morte da ex-premiê em Londres e na Escócia. Polêmica, Thatcher era chamada de Dama de Ferro devido ao pulso firme". Below the text is a photo of a man holding a sign that says "BREAKING NEWS THATCHER IS DEAD".
- O Globo Clipping 1:** A clipping from the newspaper O Globo with the headline "Margaret Thatcher escapa ilesa de atentado a bomba". The text describes how she survived a bomb attack in Glasgow.
- O Globo Clipping 2:** A clipping from O Globo with the headline "Bebê de proveta é o sexto filho de Ilza". The text discusses her pregnancy and the use of IVF.
- Other Clippings:** There are smaller snippets of text from other sources, including one about "Americana caminha no espaço" and another about "Nobel de Literatura sai para..."

(Montagem elaborada pela autora)

Fonte: O Globo, G1, 2022C

Além disso, é bom pensar em como esta foi tratada pelos jornais, pela população até sua morte. Deixando de avaliar opiniões políticas de aprovação ou não, ou de certificar sua importância para o movimento feminista, é relevante para o trabalho que se entenda que atentados e ameaças de morte são parte da prática de violência política.

4.2 Corazón Aquino

"Reconciliação deve ser acompanhada pela justiça, caso contrário, não durará. Enquanto todos nós esperamos por paz, não deve ser paz a qualquer custo, mas a paz baseada em princípio, na justiça." (Corazon Aquino).

Figura 2 - Corazon Aquino



Fonte: Britannica, 2022c

Corazón Aquino foi a primeira mulher a ter o cargo presidencial na Ásia, e foi presidente das Filipinas entre 1986 e 1992. Ingressou na política em 1983, após o assassinato de seu marido Benigno S. Aquino. A primeira mulher a ocupar a posição de chefe de Estado em um país asiático enfrentou diversas tentativas de golpe de Estado. (ZAMBARADA, 2016)

Seu governo começou de forma complicada, dado que no mesmo dia, 25 de fevereiro de 1986, outro presidente empossou nas Filipinas, Ferdinand Marcos, que governou de forma ditatorial por mais de duas décadas. A credibilidade deste vinha

caindo desde o assassinato do marido de Corazón. A partir disso a oposição filipina se uniu, com apoio da população e de aliados externos. Novas eleições foram convocadas e Marcos foi dado como vencedor de forma indevida, Corazón então passou a fomentar uma campanha de desobediência civil e o povo se levantou, em comovente demonstração de solidariedade, uma multidão se colocou diante dos rebeldes (O GLOBO, 2013)

Figura 3 - Notícia O Globo (1)

O tempo no Rio: céu claro com nebulosidade variável e possibilidade de chuvas e trovoadas no fim da tarde; temperatura estável. Máxima de ontem, 38,2 graus em Realengo; mínimo, 22,6 no Alto do Boa Vista. Página 12

Vice-Presidentes: ROGERIO MARINHO JOAO ROBERTO MARINHO Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Pedagogo-Chefe: ROBERTO MARINHO ANO LXI - RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1986 - Nº 15.925

Marcos foge e multidão invade o palácio

Vinte e quatro horas após afirmar que resistiria "até a última gota de sangue" à tentativa de derrubá-lo do poder, o Presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos, abandonou ontem o país, seguindo para os Estados Unidos. A Casa Branca, depois de reconhecer o novo Governo, presidido por Corazón Aquino, salientou que Marcos será bem-vindo por ter sido, nos 20 anos em que dirigiu as Filipinas, "um firme aliado dos EUA". Pouco depois da fuga de Marcos, uma multidão invadiu e saqueou o palácio presidencial, enquanto as ruas se enchiam de milhares de pessoas que cantavam e dançavam para festejar o fim da ditadura. Em sua primeira mensagem à nação, Corazón Aquino disse que as Filipinas iniciam agora "uma nova vida, cheia de esperança de paz e progresso". Vestida de amarelo — cor adotada pela Oposição — a nova Presidente confirmou o acordo para a manutenção das bases americanas nas Filipinas e manteve em seus postos os dois principais chefes da rebelião militar.

Páginas 16 e 17

O GLOBO

Empossada, Corazón Aquino responde aos aplausos com os dedos em L (de Laban, luta)

G Fer a

O ex-chefe (os tont "bichos-pap-ronei" Albert Marie-Angler Cotin, q na Embaix Porto Príncipe ditador Je (Baby Doe ao Brasil, o lido por 80 para a liba

Ex-de-co o

O economis ex-Assessor sidente José tem, em Si plateia de e coté" de m Conselho M passada, fo que se o Go não alonga so consumi trará em provocando disse que o do a inflaç deu a contes de salários.

Fonte: Acervo Digital O Globo, 1986

Figura 4 - Notícia O Globo (2)

18 • O MUNDO Quarta-feira, 26/2/86 O GLOBO

Marcos abandona as Filipinas e segue para os EUA

MANILA — Vinte quatro horas após afirmar que resistiria "até a última gota de sangue" à tentativa de derrubá-lo do poder, Ferdinand Marcos abandonou ontem o palácio e, acompanhado de 30 pessoas, entre parentes e colaboradores mais próximos, embarcou às pressas em quatro helicópteros para a base americana de Clark, a 90 km da capital. Horas mais tarde, o ex-ditador seguiu para os Estados Unidos, com uma escala técnica no aeroporto de Guam, em território americano. Acreditase que seu destino final é a Califórnia.

Inicialmente, o Porta-Voz da Casa Branca, Larry Speake, informou em Washington que o grupo chegara muito cansado a Clark e, por isso, pernoitaria na base americana para, depois, decidir o seu destino. Mais tarde, funcionários governamentais americanos que pediram para não ser identificados nra informaram que o ditador e seu seqüito já se dirigiam para os EUA.

O Porta-Voz do Departamento de Defesa, Robert Sims, informou que os quatro helicópteros foram solicitados à Base de Clark pela Embaixada dos EUA em Manila. A partida foi decidida depois de o Ministro da Defesa Juan Ponce Enrile, um dos líderes da rebelião, ter garantido por telefone a Marcos que ele e sua família poderiam sair sem problemas das Filipinas.

Funcionários governamentais de Washington desmentiram informações de que os militares americanos reforçaram a segurança das bases de Clark e Subic Bay, mas na entrada de Clark, localizada a apenas 80 quilômetros de Manila, soldados impediram a aproximação de manifestantes que protestavam contra Marcos aos gritos de "Cory, Cory".

Saldo positivo

O SALDO favorável à democracia nestes dois primeiros meses do ano é simplesmente notável: colrom em menos de oito semanas três dos mais cínicos e cruéis ditadores do mundo, chefiados por Tito Okelo (Uganda), Jean-Claude Duvalier (Haiti) e Ferdinand Marcos (Filipinas).

O MAIS animador é que fomos ainda dez meses por trás que o ano acaba.

Manila manterá seus acordos com Washington

BONN — A nova Presidente das Filipinas, Corazón Aquino, respeitará até expirarem, em 1991, os acordos que seu país mantém com os EUA, em especial os referentes à cessão de bases militares de Clark e Subic Bay, segundo declarou a Chefe de Estado em entrevista a ser publicada na edição do sem-ânario alemão "Der Stern" que amanhã começará a circular.

Cory Aquino sublinha, na entrevista, que só pode garantir o respeito aos acordos até a data prevista para seu término. "Não posso me comprometer, para depois de 1991", comentou a Presidente, assinalando que, como Chefe de Estado, não lhe cabe levantar hipóteses "sobre uma renúncia duradoura à soberania filipina" sobre essas áreas. Corazón também criticou os EUA, por não terem denunciado logo a fraude eleitoral nas Filipinas.

Presidente é empossada de vestido

Ap lado de sua mãe (ao centro, na foto), Corazón Aquino jura sobre a Constituição durante a posse em um clube de Manila.

Fonte: Acervo Digital O Globo, 1986

Figura 5 - Notícia O Globo (3)

18 • O MUNDO Domingo, 31/21/86 O GLOBO

Marcos, apossado, admite que pode anular eleições

MANILA — O Presidente Ferdinand Marcos admitiu ontem a possibilidade de anular as eleições presidenciais de sexta-feira, se a Oposição e os observadores internacionais continuarem insistindo que foram fraudulentas. Passadas 24 horas do encerramento da votação, não havia ainda uma definição oficial dos resultados e a vantagem se alternava entre Marcos e o opositorista Corazón Aquino, segundo as fontes de apuração.

Para o Comelec — órgão oficial da Justiça Eleitoral — Marcos está vencendo em sua contagem, com 1.960.195 votos, contra 1.030.915 de Corazón. Para a Vice-Presidência, o opositorista Salvador Laurel estava com 574.259 votos, contra 538.469

de Arturo Tolentino, companheiro de chapa de Marcos.

Para o Manfrei — Movimento Nacional para Eleições Livres, independente — Corazón está vencendo com 4.306.684 votos, contra 2.655.548 de Marcos. Laurel também vence com 3.082.807, contra 2.507.054 de Tolentino.

Para o Senador Richard Lugar, que chefa a missão de observadores americanos, a moralidade com que o Comelec realiza a apuração é um indicio de que Marcos "quer saber quantos votos suplementares precisa para ganhar as eleições." Outro 5 Senador do grupo, John Murtha, foi mais taxativo: "Houve um assalto e uma ruptura do sistema."

Opositoristas ignoraram emissário do Presidente que buscava contato

MANILA — O Presidente Ferdinand Marcos disse ontem que tentou um contato com o grupo que apóia sua adversária Corazón Aquino, mas seu emissário não foi recebido

militar e retirar suas duas bases — da Força Aérea e da Marinha — das Filipinas. Mostrou-se insatisfeito com a situação da missão de observadores enviada pelo Presidente

Apresentada como "Presidente eleita das Filipinas", Corazón Aquino, anunciou sua vitória

Oposição: Missas em ação de graças pela vitória

MANILA — Já apresentada à im- seus fuzis, contra seus matadores. então, um anelo a seus partidários

Mandela pode ser solto ainda hoje

JOHANNESBURGO — Está sendo aguardada com grande expectativa na África do Sul a libertação do líder rebelde negro Nelson Mandela, há 23 anos cumprindo pena de prisão perpétua, que, segundo uma decisão, deve ocorrer nas próximas horas. Segundo as informações, líderes do proscribido Congresso Nacional Africano estão esperando Mandela em Zâmbia ainda hoje. Eles não quiseram confirmar a notícia, mas disseram à agência UPI que ficasse atenta "para algo espetacular no fim de semana". Nos últimos 15 dias correm bastantes rumores de que o Governo de minoria branca estava negociando com países ocidentais a libertação de Mandela. Mas, até quinta-feira passada houve a confirmação, quando o Chanceler Rostow "R". Bolt, disse a correspondentes estrangeiros que "talvez em poucas horas necessitará novas negociações. Mandela sempre se recusou a aceitar a libertação condicionada à saída do país, porém fontes governamentais disseram que ele não seria consultado, sendo deportado à força.

Papa beatifica

Fonte: Acervo Digital O Globo, 1986

Corazón teve uma educação conservadora, era próxima da Igreja Católica Romana, e pertencia à elite fundiária do país. Embora solidária com a situação dos grupos de mulheres, seu histórico pessoal e as circunstâncias que a fizeram se tornar presidente, pouco foram favoráveis para que esta pudesse se envolver ativamente com grupos de mulheres em questões como controle de natalidade, planejamento familiar e controle populacional. Ela empreendeu ações de caridade e reformas sociais e enfrentou desastres naturais em seu país, além de ter enfrentado diversas tentativas de golpe de Estado. Aquino recebeu diversos prêmios pelo seu trabalho em defesa da democracia e dos direitos humanos. Em 2009, faleceu depois de um ano em batalha com o câncer (BBC NEWS, 2009).

O caso de Corazón Aquino se diferencia das demais mulheres citadas neste, porque a sua história política é totalmente atrelada a da sua família. Ao fazer as pesquisas sempre são mencionados seu marido e seus filhos, seus opositores, mesmo com o destaque que foi sendo primeira presidenta das Filipinas, Aquino parece ser forçada, na mídia, a ficar à sombra dos homens que a sucederem e tentaram a derrubar, essa violência é notada nas figuras 3, 4 e 5.

4.3 Laura Chinchilla

“A única forma de responder, sem qualquer risco, aos problemas de violência e insegurança é com o fortalecimento das instituições democráticas” (Laura Chinchilla)

Figura 6 - Laura Chinchilla



Fonte: Britannica, 2022c

Laura Chinchilla Miranda é uma socióloga formada pela Universidade da Costa Rica, primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Costa Rica, entre os anos de 2010 e 2014. De uma família de classe média, católica e envolvida com política, Chinchilla começou a carreira jovem, ao estudar Ciências Políticas na Universidade da Costa Rica e mais tarde na Universidade de Georgetown (Estados Unidos). Entre 1994 e 1996, no governo do então presidente José María Figueres, foi vice-ministra de Segurança Pública e de 1996 a 1998, comandou a mesma pasta e entre 2002 e 2006 foi deputada (CORREIO BRASILIENSE, 2010). Neste mesmo ano, 2006, assumiu como vice-presidente de Oscar Arias, renunciando na metade do mandato, para tentar as eleições de 2010, da qual saiu vencedora, dessa maneira Chinchilla se tornou a primeira mulher a assumir o cargo máximo do executivo do país.

Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção, gerando a renúncia de alguns de seus secretários e ministros. Apesar de esforços e de boa conduta em resoluções de questões internacionais, sua gestão dividiu opiniões, pois muitos a consideravam um fantoche de Arias, enquanto outros tinham receio por sua postura

de católica ortodoxa, devido suas posições contra o aborto e diversas questões sobre a mulher, por exemplo (FAGUNDES, 2020).

Ainda, enquanto estava na presidência do país, ela assumiu a presidência da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e realizou um feito histórico ao abrir o diálogo novamente com Cuba, após 50 anos. Mesmo assim, em 2014, o partido do qual fazia parte perdeu as eleições para o Partido da Ação Cidadã (PAC). A ex-presidente, hoje atua na OEA, e também como professora da Cátedra José Bonifácio, na Universidade de São Paulo (USP), desde 2018, onde realiza um estudo sobre os desafios da liderança e da democracia na América Latina (YAMAMOTO, 2018).

Sendo ativa, no que envolve os estudos sobre mulheres e participações políticas das mesmas na América Latina e no Caribe¹¹, Chinchilla entende que as mulheres experimentam maiores obstáculos quando optam por uma carreira política e maiores ainda quando chegam a ocupar o espaço no setor público. Em entrevista cedida em 2018, ao site de notícias R7¹², ela explicita que alguns desses obstáculos têm a ver com dificuldades maiores para financiamentos, que tradicionalmente estão nas mãos de homens no setor privado (GOUSSINSKY, 2018).

Desde seu governo, a mesma foi comprometida com a paridade, e seu governo foi o primeiro que teve um ministério paritário, foram 47% de mulheres e 53% homens, isso ajudou a termos uma assembleia pela primeira vez com 50% de mulheres e um gabinete com mais mulheres do que homens. (GOUSSINSKY, 2018)

Laura Chinchilla, ainda que antes já entendia a necessidade de governos paritários, e procurava por meio da sua gestão, promovê-lo, não deixou de ser alvo da violência política, visto que essa é associada a notícias que são relacionadas a gestão, e quando sua imagem é idealizada consoante aos pensamentos masculinos de feminilidade. A exemplo disso:

¹¹ Laura Chinchilla é coordenadora do Grupo de Alto Nível da OEA para promover a participação política das mulheres. Ela busca sempre avaliar como os países da América Latina e Caribe têm se comportado a respeito de tal, a exemplo disso a notícia de que sua delegação tem avaliado a participação feminina na República Dominicana. Disponível

em: <<https://www.diariolibre.com/actualidad/politica/2022/05/10/grupo-de-oea-habla-sobre-retos-de-las-mujeres-en-la-politica/1817774>>

¹² Entrevista veiculada pelo site da Agência Patrícia Galvão, disponível para acesso <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/1a-presidente-da-costa-rica-o-feminis-mo-tem-de-ser-democratico/>>

Figura 7 e 8 - Matéria La Nación



LA NACIÓN

MI CUENTA

Intuición y consejos de mamá visten a Laura Chinchilla, presidenta de Costa Rica

Al preguntarle a Laura Chinchilla quién es la mujer mejor vestida, no es capaz de citar un nombre. La revista *Vanity Fair* sí despejó la duda en el ámbito de los líderes políticos: ella ocupa el segundo lugar entre los 10 mejor vestidos y es la primera mujer que se destaca en ese ranquin

8 de abril de 2013

Por **Gloriana Corrales**



LA NACIÓN

MI CUENTA

Quinta mandataria en la historia China durante su último día en Pekín, la presidenta Laura Chinchilla visita una de...

A la mandataria tica poco le obsesiona el tema de la imagen. Si no sabe qué vestir para una u otra ocasión, Laura Chinchilla recurre a la elegancia y sobriedad de las prendas negras “para salir del paso”.

Tal parece que la fórmula le ha resultado, al menos en cuestiones de moda. La presidenta peor evaluada por la población, entre los mandatarios de América Latina –según reveló la consultora mexicana Mitofsky en setiembre del 2012 –, es la mujer con el puesto más alto entre los líderes mejor vestidos del mundo, para la prestigiosa revista *Vanity Fair*.

Fonte: La Nación, 2013

Neste artigo, do periódico La Nación, de título: “Intuição e conselhos da mãe vestem a Laura Chinchilla, presidenta da Costa Rica” (tradução da autora), demonstra haver um apelo para qual estética a mulher na política deve ter. Ou seja, existe uma possibilidade da mulher na política, mas ela é restrita. E ela deve atender a padrões que envolvem as instituições Família, Maternidade, Feminilidade e comportamentos de mulheres recatadas.

4.4 Sanna Marin

“Temos muito trabalho a fazer para reconstruir a confiança... Nunca pensei na minha idade ou sexo. Penso nas razões pelas quais entrei na política e nas coisas pelas quais conquistamos a confiança do eleitorado” (Sanna Marin)

Sanna Marin é a atual Primeira Ministra da Finlândia, representa o governo desde 2019 com um trabalho que gira em torno da sustentabilidade e da igualdade de gênero. Ela chegou ao poder após uma moção de censura contra o então primeiro-ministro, Antti Rinne, que renunciou. Ela é a terceira mulher a ocupar o cargo, além de ser a mulher mais jovem da história política do seu país. Formada em Ciências Administrativas, criada por casal homoparental, tem fortes ideias de igualdade e de direitos humanos (ESTADÃO, 2019). Marin foi alvo de críticas por ser capa de uma revista de moda em 2019.

Figura 9 - Colagem Sanna Marin



Primeira-ministra da Finlândia é alvo de críticas sexistas por vestir blazer decotado

Revista de moda Trendi publicou uma foto de Sanna Marin que foi repudiada por internautas pela 'indecência'; movimento feminista defendeu a premiê nas redes sociais

(Montagem elaborada pela autora)

Fonte: O Globo, 2022c

As críticas sofridas por Sanna Marin são referentes à roupa usada para foto, nas redes sociais, o foco das críticas foram referentes a suposta "indecência" da roupa que utilizou para posar para a revista de moda Trendi. Tal foto, colocou popularmente em questionamento sua credibilidade como Primeira Ministra, e esta passou a ser acusada de deixar de lado suas funções para "brincar de modelo", em plena crise de Covid-19 (O GLOBO, 2020).

Em uma mesma edição em que Marin, justamente lamenta escolhas pessoais das mulheres sejam sempre assunto de "debates e análises"¹³, os comentários que lhe foram direcionados, são mais uma demonstração de misoginia e sexismo.

De acordo com que descrito neste trabalho, a violência política de gênero tem a intenção de desmoralizar, difamar, constranger e provocar a retirada da mulher do meio político. Ao questionarem sua vestimenta, têm intenções de desmoralizá-la de modo que o constrangimento seja suficiente para o recuo de sua posição, e adicionado a isso, uma confirmação de que existe uma determinação de como uma mulher deveria se portar no espaço público político. Além disso, mais uma vez, vê-se aqui uma obsessão pública com os trajes da mulher, que acabam por desviar a atenção que deveria ser voltada para suas ações como gestora.

¹³ Notícia veiculada pelo site o Globo em 14 de outubro de 2020, disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/primeira-ministra-da-finlandia-alvo-de-criticas-sexistas-por-v-e-stir-blazer-decotado-24691754> >

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando a fase final da escrita, tendo conhecimento dos conceitos e debates em relação ao gênero e a violência política de gênero, apreende-se que a disciplina de relações internacionais têm feito avanços significativos no que diz respeito a incorporação do gênero nos seus temas de pesquisa. Passa a entender-se que perspectiva feminista interfere e contribui positivamente para a criação de um sistema internacional melhor, mais seguro e mais acessível. Não obstante, como visto, gênero está entrelaçado a todos os temas considerados importantes para o desenvolvimento de um mundo sustentável e observa-se que as OIs têm administrado este tema de forma mais perspicaz, uma vez que estas são capazes de discutirem as diversas nuances do tema.

Com mais de uma organização envolvida na resolução e combate da violência política de gênero, a América, especificamente, a América Latina sai na frente, o que também acaba por revelar um obstáculo difícil de superar na região, a cultura misógina, sexista e conservadora dos países latinos americanos. Estes precisam ser ainda mais vigiados, repreendidos e punidos em relação à prática de violência política, o que expõe uma situação precária da democracia desta região.

Como visto, a violência política de gênero acontece em detalhes pequenos ou em grandes, e tem sempre o mesmo *modus operandi*, que é o constrangimento, desmoralização, e a exclusão, não sempre verbal, não sempre físico, mas sempre resultando no afastamento da presença feminina dos lugares de tomada de decisão. A violência política de gênero é mais uma das evidentes demonstrações da existência de um sistema de poder que não apoia e não promove a equidade, que se resguarda numa dinâmica de sociedade que têm o patriarcado estruturalizado e enraizado. Portanto, este trabalho volta a destacar a necessidade de se trabalhar a questão da estrutura patriarcal enraizada das instituições tomadoras de decisão.

Todas essas ações que este trabalho mostrou, são destaque de uma estrutura que perpetua até a atualidade, e que se não pelo envolvimento das OIs, monitoramento dessas, continuarão a existir. Infelizmente as mulheres ainda se sentem intimidadas a participarem ativamente da vida pública, onde poderiam estar contribuindo para um mundo mais desenvolvido, que é justamente e um objetivo comum, que deveria ter participação de todos os gêneros.

Deve-se pensar que somente a presença, em níveis quantitativos, não indica por si só uma potencialidade de reconfiguração dessa oposição e das relações de gênero que ela embasa. Para além dos esforços explicitados neste trabalho, também deve-se pensar no impulsionamento da remodelação da educação no que se diz respeito ao gênero, estereótipos e ao qual lugar de trabalho a mulher pertence.

É por isso que este trabalho ressalta a importância de se entender a relação entre gênero e estereótipos. A construção de democracias paritárias se faz justamente com a paridade, com a equidade, e está, com a reconfiguração das relações de gênero. As democracias paritárias são sem dúvidas um dos principais passos para o estabelecimento da segurança global e do desenvolvimento sustentável que tanto as OIs e a sociedade civil esperam para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABC News. **Julia Gillard's 'Misogyny Speech' in Full. Youtube**, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ihd7ofrwQX0>> Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

ALBAINE, Laura. **Contra la violencia política de género en américa latina: Las oportunidades de acción**. Apresentado no 9. Congresso Latino-Americano de Ciência Política, 2017, Montevideu. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.Tse.Jus.Br/xmlui/handle/bdtse/6754>>

ALBAINE, Laura. Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política, sistema electoral e interculturalidad. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, v. 52, p.145-162, mai./ago. 2015. Disponível em: <<https://doi.Org/10.17141/iconos.52.2015.1675> >

AZEVEDO, Augusto. Paridade de gênero: todos são iguais perante a lei?. **Politize**, 2018. Disponível em: < <https://www.Politize.Com.Br/paridade-de-genero/>> Acesso em: 13 de maio de 2022.

BARBARÁ, Mariana Padovani. **O aprofundamento da perspectiva de gênero nas relações internacionais: um estudo da política externa feminista da suécia**. 2020. 115 f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <<http://doi.Org/10.14393/ufu.Di.2020.583>>

KIRBY, Paul. Gender. IN: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (ed.). **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 6 ed. Oxford: Oxford University Press, 2014. Cap. 17, p.243-256.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], 90 2010. Disponível em:< <http://journals.Openedition.Org/rccs/1765> >

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, 102, set./dez. 2017. Disponível em:<<https://doi.Org/10.1590/0102-173210/102>>

Britânicos comemoram nas ruas a morte de Margaret Thatcher. **G1 Globo**, 2013. Disponível em:<<https://g1.Globo.Com/mundo/noticia/2013/04/britanicos-comemoram-nas-ruas-mort-e-de-margaret-thatcher.Html>> Acesso em: 06 de maio de 2022.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. 3ª edição. São Paulo: nVersos, 2015.

Corazon Aquino põe fim à ditadura de Ferdinand Marcos nas Filipinas , em 1986.

O Globo, 2013. Disponível

em:<<https://acervo.Oglobo.Globo.Com/fatos-historicos/corazon-aquino-poe-fim-ditadura-de-ferdinand-marcos-nas-filipinas-em-1986-9937548>> Acesso em: 06 de maio de 2022.

Council Women World Leader, 2022C. Laura Chinchilla. Disponível em:<<https://www.Councilwomenworldleaders.Org/laura-chinchilla-miranda.Html>>

CUEVAS, Graciela. Las mujeres se enfrentan a retos normativos y sociales en la política. **Diario Libre**, 2022. Disponível

em:<<https://www.Diariolibre.Com/actualidad/politica/2022/05/10/grupo-de-oea-habla-sobre-retos-de-las-mujeres-en-la-politica/1817774>> Acesso em: 25 de maio de 2022.

CEPAL. Observatório de igualdade de gênero da América Latina e do Caribe, 2022c.

HOMEPAGE. Disponível em: <<https://oig.Cepal.Org/pt/o-observatorio>> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

CFEMEA. Mulheres e resistência no Congresso Nacional. 2022. Disponível

em:<<https://www.cfemea.org.br/index.php/noticias/4966-mais-de-500-projetos-tramitam-no-congresso-em-2021-com-foco-nos-direitos-das-mulheres-aponta-estudo-do-cfemea>> Acesso em:16 de maio de 2022

DAMA DE FERRO. Direção: Phyllida Lloyd. Produção de Damian Jones. Reino Unido: Paris Films, 2012. Tele Cine.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. Política e misoginia: por que é a hora de as mulheres levarem uma cadeira portátil à mesa. **El país**, 2019. Disponível

em:<https://brasil.Elpais.Com/brasil/2019/01/31/opinion/1548964060_458044.Html> Acesso em: 04 de março de 2022.

Ecam. 2022c. **HOMEPAGE**. Disponível em:

<<http://ecam.Org.Br/blog/o-que-e-a-agenda-2030-e-quais-os-seus-objetivos>> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

ENLOE, cynthia. The curious feminist: searching for women in a new age of empire. Berkley and Los angeles: University of California Press, 2004.

Ex-presidente filipina Corazon Aquino morre aos 76 anos. BBC News, 2009.

Disponível

em:

<https://www.Bbc.Com/portuguese/noticias/2009/07/090731_aquino_rc> Acesso em:

06 de maio de 2022.

Fagundes, Carolina Leoni. **A construção do corpo das mulheres presidentas : uma análise discursiva das mídias da/na América Latina.** 2020, 92f. Dissertação (mestrado) Pós graduação em ciências da linguagem - Universidade Sul de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.Animaeducacao.Com.Br/handle/ANIMA/19374>>

Finlandesa Sanna Marin assume como chefe de governo mais jovem do mundo. **O Estadão,** 2019. Disponível em:<<https://internacional.Estadao.Com.Br/noticias/geral,finlandesa-sanna-marin-assume-como-chefe-de-governo-mais-jovem-do-mundo,70003120818>> Acesso em: 06 de maio de 2022.

GOUSSINSKY, Eugênio. 1ª presidente da Costa Rica: “ o feminismo tem de ser democrático”. **Agência Patrícia Galvão,** 2018. Disponível em:<<https://agenciapatriciagalvao.Org.Br/mulheres-de-olho/politica/1a-presidente-da-costa-rica-o-feminismo-tem-de-ser-democratico/>> Acesso em: 04 de março de 2022.

HERRERA, Morena; ARIAS, Mitzy; GARCIA Sara. **Hostilidad y violencia política: develando realidades de mujeres autoridades municipales.** El Salvador, ONU Mujeres, Gobierno de Espana, Andrysas y Colectiva Feminista, 2011. Disponível em: <<https://www.lknowpolitics.Org/es/knowledge-library/case-study/hostilidad-y-violencia-politica-develando-realidades-de-mujeres> >

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista brasileira de ciência política. Brasília, nº16 pp. 193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://dx.Doi.Org/10.1590/0103-335220151608>>

lknow Politics, 2022c. **HOME PAGE.** Disponível em: <<https://www.lknowpolitics.Org/en/who-we-are>> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável, 2022c. **HOME PAGE.** Disponível em: <<https://odsbrasil.Gov.Br/home/agenda>> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

KLIPP, Telma Paulina. **A violência política de gênero na américa latina: a relação entre Dilma Rousseff e a mídia.** 2020, 66 f. TCC (graduação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.Ufsc.Br/handle/123456789/213423> >

Laura Chinchilla é a nova presidente da Costa Rica. **Correio braziliense**, 2010.

Disponível em:
<https://www.Correiobraziliense.Com.Br/app/noticia/mundo/2010/02/08/interna_mundo,172095/laura-chinchilla-e-a-nova-presidente-da-costa-rica.Shtml> Acesso em: 06 de maio de 2022.

Mais de 500 projetos tramitaram no congresso em 2021 com foco nos direitos das mulheres, aponta estudo da CFEMEA. **Cfemea**, 2022. Disponível em:
<<https://www.Cfemea.Org.Br/index.Php/noticias/4966-mais-de-500-projetos-tramitam-no-congresso-em-2021-com-foco-nos-direitos-das-mulheres-aponta-estudo-do-cfemea>> Acesso em: 16 de maio de 2022.

MARASCIULO, Marília. Porque Margaret Thatcher era chamada de dama de ferro?.

Revista Galileu, 2021. Disponível em:
<<https://revistagalileu.Globo.Com/sociedade/historia/noticia/2021/10/por-que-margaret-thatcher-era-chamada-de-dama-de-ferro.Html>> Acesso em: 06 de maio de 2022

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 59-80, jan./abr. 2013. Disponível em:
<<https://doi.Org/10.1590/s0104-026x2013000100004> >

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2022c. **HOME PAGE**. Disponível em:
<<https://brasil.Un.Org/pt-br/sdgs> > Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero. 2022C. **HOME PAGE**. Disponível em:
<<http://www.Onumulheres.Org.Br/planeta5050-2030/paridade/>> Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

PATEMAN, Carole. **Contrato sexual**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. O gênero da cidade. História e perspectivas, Uberlândia (50):23-44, jan./Jun. 2014.

PITANGUY, Jacqueline; MIRANDA, Dayse. As mulheres e os direitos humanos. In: PUGLIA, June (coord.). **O progresso das mulheres no brasil**. Brasília, UNIFEM, 2006, pp.14-31.

PORCARO, Nicole Gondim. Paridade de gênero na política: aprofundamento da democracia e realização dos direitos fundamentais da mulher. **Revista Populus**,

Salvador, n. 6, p. 135-160, jun. 2019. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.Tse.Jus.Br/xmlui/handle/bdtse/8158>>

PRÁ, Jussara reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Dossiê O gênero da política: feminismos, estado e eleições**. Jul/dec, 2014. Disponível em:

< <https://doi.Org/10.1590/0104-8333201400430169>>

Primeira Ministra da Finlândia é alvo de críticas sexistas por vestir blazer decotado.

O Globo, 2020. Disponível em:

<<https://oglobo.Globo.Com/epoca/mundo/primeira-ministra-da-finlandia-alvo-de-critic-as-sexistas-por-vestir-blazer-decotado-24691754>> Acesso em: 06 de maio de 2022.

ROCHA, Jéssica Maria de Lima; SANTOS, Vitória Andressa Loiola dos. A presença feminina na política brasileira: uma reflexão atual sobre paridade, feminismo institucional e violência política de gênero. In: TOMAZONI, Larissa Ribeiro; PRATA, Marcela; ABIKO, Paula (org.). **Mulheres e o direito: um chamado à real visibilidade**. 2. ed. Curitiba: Editora Sala de Aula Criminal, 2021. p. 60-79.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Buenos aires, 2003.

Disponível em: <<http://repositorio.Ciem.Ucr.Ac.Cr/jspui/handle/123456789/156>>

SILVA, Sthefanie Aguiar da. **O papel das mulheres brasileiras na promoção do desenvolvimento sustentável internacional, através do 5º objetivo do desenvolvimento sustentável da organização das nações unidas**. 2018, 108 f.

Dissertação de Graduação em Relações Internacionais - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em:

<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/10826> >

The international knowledge network of women in politics. Who we are, 2021c.

HOME PAGE. Disponível em: <<https://www.Iknowpolitics.Org/en/who-we-are>>

Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

Tickner, J. Ann. (2002). **“Feminist perspectives on international relations”**. In CARLSNAES,W. Et al. Handbook of international relations. Thousand Oaks, CA: sage publications, 2002, pág. 275-29.

Tickner,J. Ann. **Gendering world politics: issues and approaches in the Post-Cold war era**. Columbia university press, 2001.

YAMAMOTO, Érika. Cátedra José Bonifácio estudará os desafios da democracia na américa latina. **Jornal da USP**, 2018. Disponível em:

<<https://jornal.Usp.Br/institucional/catedra-jose-bonifacio-estudara-os-desafios-da-democracia-na-america-latina/>> Acesso em: 06 de maio de 2022.

ZOMBARDA, Pedro. As 11 mulheres mais poderosas do século 20. Exame, 2010.

Disponível

em:

<<https://exame.Com/carreira/as-11-mulheres-mais-poderosas-do-seculo-20/>>

Acesso em: 04 de março de 2022